

COLETA SELETIVA E INSERÇÃO CIDADÃ – A PARCERIA PODER PÚBLICO/ASMARE¹

Sonia Maria Dias

1 – OS ANTECEDENTES

De uma maneira geral, as diferentes sociedades, no tempo e no espaço, têm uma relação de afastamento e estigmatização com os resíduos por ela produzidos. Sendo um produtor diário de resíduos, o cidadão comum quer, como nos lembra Italo Calvino, que aquilo que lhe remete ao que ele é, esteja bem distante, como se somente jogando fora aquilo que um dia fomos, pudéssemos estar seguros de que não estamos jogando a nós mesmos fora. Geralmente, os estigmas associados ao lixo deslocados para aqueles que com ele trabalha ou que lhe estão próximos, como por exemplo, garis e catadores.

Historicamente o lugar ocupado pelos catadores no imaginário social é o de pobre e marginal. Apesar da importante função ecológica por eles desempenhada o descaso, o preconceito e a violência sempre permearam a relação da população e do poder público em relação à esse segmento.

Em Belo Horizonte, essa era também a atitude prevalecente em relação a esse segmento social até o início da década de 90. Trabalhando de forma isolada e dispersa, vítimas da exploração dos grandes depósitos que intermediam a venda dos recicláveis junto às indústrias, a auto-imagem desses indivíduos também refletia o estigma dos “não sujeitos” ou “pré-cidadãos” (Telles, 1992). Confundidos com a matéria prima da qual eles extraem a sua sobrevivência – o lixo -, a relação da sociedade com os catadores sempre esteve impregnada dos estigmas associados ao lixo e aos pobres:

*Vivíamos sendo marginalizados, chamados de vagabundos, ladrões, ninguém, levava em conta o nosso trabalho. Éramos perseguidos pela prefeitura e pela polícia (...) trabalhamos no sol e na chuva, sem férias e nem descanso, a nossa casa era a rua, e nosso teto o carrinho...*²

E o poder público cumpria um importante papel no reforço a esta imagem do catador enquanto marginal e vadio, como ilustra a seguinte passagem:

*...a ação predatória dos CATADORES DE PAPEL (...) porque suja o meio ambiente da sua ação criminoso (...) cresce em intensidade e perigo e será, por certo, catastrófica se o Poder Público não arregimentar forças, atos e procedimentos capazes de neutraliza-la a curto prazo.*³

¹ In: JACOBI, P. *Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos: Inovação com Inclusão Social*. São Paulo: Annablume, 2006.

² Depoimento do catador José Carlos, In Oliveira (1998).

³ Ofício GAB-3679/558/79, arquivo CEMP/SLU.

O cotidiano de trabalho dos catadores era extremamente dificultado pela ação da Prefeitura nas chamadas “operações limpeza” da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) que retiravam os catadores, à força, das ruas da cidade. Essas operações eram o resultado tanto da pressão colocada pelas reclamações da população quanto à limpeza das ruas, quanto da própria racionalidade técnica que permeava o imaginário dos funcionários da limpeza urbana, que viam a sua ação como saneadora, como imbuídas de ideais, digamos, higienistas. No caso dessas operações da SLU, o suporte legal era encontrado no próprio Regulamento de Limpeza Urbana (RLU) conforme registra documento de circulação interna de 1979:

O trabalho exercido por esses indivíduos prejudica a SLU, atrapalhando em quase a sua totalidade, a preparação da limpeza de Belo Horizonte. Estatui o Regulamento de Limpeza urbana da SLU, em seu artigo 25, “in verbis”: “o lixo apresentado à coleta constitui propriedade exclusiva da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU.”⁴

“Perigo”, “ação criminosa”, “sujeira”, “atrapalha a limpeza”, “ação predatória”, “mendigos”, essas são as expressões e vocábulos mais recorrentes associados ao catador presentes nos documentos institucionais do período 1979-1992. Confundidos com o lixo pela população e pelo poder público, os catadores acabavam por internalizar as representações sociais presentes na sociedade conforme relata Dona Geralda, catadora da ASMARE:

*...era triste, porque nós também os próprios catadores via o trabalho como algo inferior...meu grande medo era de ver os meus filhos passar fome, aí trabalhava, trabalhava. Bebia uma cachaça arretada: às vezes saía para a rua cambaleando com o carrinho, mas nunca parei de trabalhar. O que eu queria era garantir a comida para os meus filho. Eu não acreditava em nada! Achava que a gente não tinha valor. Não pensava que era possível melhorar a vida.*⁵

Trabalhando de forma isolada e fragmentada os catadores eram alvo certo das ações saneadoras da prefeitura, principalmente no período compreendido entre 1979 e 1990. Apesar da existência de iniciativas solidárias de alguns funcionários da SLU que tentavam prevenir os catadores da chegada dos fiscais, as mesmas eram atitudes isoladas. Faltava ao município uma política de resíduos sólidos que pudesse integrar esse segmento, bem como faltava aos catadores a existência de uma organização representativa de base que pudesse contrapor-se ao tratamento violento destinado ao segmento.

2- CONSTRUINDO O FUTURO: O SURGIMENTO DA ASMARE

Foi a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, a partir de um trabalho sócio-pedagógico iniciado em 1987 junto à população de rua, quem primeiro enxergou a dimensão do sofrimento vivido pelo catador e quem problematizou a relação que a

⁴ Documento DI 004/ RD, arquivo CEMP/SLU.

⁵ Depoimento, In Oliveira (1998).

sociedade e o poder público tinham com o mesmo. Foi a partir do seu suporte inicial que uma grande rede de solidariedade a esse segmento foi articulada nas esferas pública e privada.

A memória dos catadores históricos da ASMARE é povoada de lembranças desse tempo, de lembranças da ação da Pastoral. O catador Márcio José, recorda: “há dez anos atrás, antes de conhecer a Pastoral, na rua, naquele tempo, a gente não tinha segurança nenhuma. Eles nos viam como marginais”.⁶ Dona Geralda confirma: “a Pastoral de Rua foi quem primeiro enxergou o catador de papel”.⁷ Através das festas, jogos e celebrações ecumênicas, a equipe da Pastoral ia trabalhando várias questões com os catadores: a percepção das potencialidades individuais, a divisão de tarefas, a diferenciação da relação trabalho/rua/casa, a identidade de trabalhador, a percepção da importância ecológica do trabalho por eles desempenhado, a exploração do seu trabalho pelos intermediários, a construção de laços de confiança e solidariedade entre os próprios catadores e, enfim, a própria noção de cidadania.

Birkbeck (1978), em sua caracterização dos catadores de Cali, Colômbia, registra bem as dificuldades que limitam a capacidade organizativa desse segmento como, entre outros, o baixo nível de confiança mútua, a falta de suporte de agentes mediadores externos que ajudem a catalisar o processo organizativo, as pressões dos intermediários da reciclagem que obviamente não vêem com bons olhos essas organizações. Bursztyn (2000), em seu estudo sobre os catadores de Brasília, também confirma o baixo grau de associativismo como uma forte característica desse segmento. Daí a importância do trabalho da Pastoral de Rua em Belo Horizonte, centrar-se na construção de laços de confiança mútua e reciprocidade.

A aposta que a Pastoral de Rua fez, foi a de que era possível trabalhar com os recicláveis sem estar na condição de mendigo, organizar a produção dos catadores e lutar pelo reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público quanto pela população.

Para isso era necessário, então, politizar a relação dos catadores com a cidade! A luta dos catadores de papel foi, desde o seu início, uma luta- usando uma expressão de Lefebvre- pelo “direito à cidade”, na medida em que a presença dos catadores nas ruas, como vimos, realizando a coleta e triagem dos recicláveis sempre foi um ponto de tensionamento, não somente com o poder público, como também com a população, em geral, que sempre os identificou como mendigos. Assim, é que sua primeira reivindicação, a partir do momento em que os mesmos começam a se constituir em sujeitos de direitos, é a garantia do direito de exercer o seu trabalho na cidade: qual seja o de realizar, em condições dignas, a coleta seletiva da cidade, passo inicial que viabiliza a reciclagem.

O surgimento da ASMARE, em 1990, foi fruto de um intenso processo mobilizatório através de atos públicos, caminhadas, ocupações de espaços públicos para triagem de recicláveis e de ações junto à Câmara de Vereadores. Assumindo um papel reivindicatório

⁶ In Oliveira (1998).

⁷ Depoimento público em 25/04/00 no Workshop do Programa LIFE, Belo Horizonte.

junto à municipalidade a ASMARE trouxe à cena “novos sujeitos sociais” que forçaram a administração pública, de então, a romper com a postura histórica em relação aos catadores como sujeito incapaz de intervir nas ações que lhe diz respeito, como sujeito apenas portador de mazelas e deficiências.

O período de 1990-92, como relembra um agente pastoral, foi de muito conflito “...até porque a Superintendência de Limpeza Urbana, ela não reconhecia o potencial dos catadores...”⁸ Esse período foi, no entanto, também de muitas demonstrações da capacidade mobilizatória dos catadores. Um exemplo deste potencial movimentalista foi a demonstração pública histórica de seis de setembro de 1991, onde os catadores saíram em passeata até a Câmara Municipal (na época localizada à Rua Tamoios) onde acontecia o “Seminário sobre Coleta Seletiva de Lixo em Belo Horizonte”. Os catadores temiam que a Prefeitura contratasse uma empreiteira para realizar a coleta seletiva na cidade, retirando, assim, dos catadores a sua fonte de sobrevivência⁹. Assim, a aludida passeata era um momento de reivindicação, um momento de mostrar à cidade que o trabalho do catador cumpria uma importante função ecológica. Uma vitória do dessa movimentação foi a inclusão na Lei Orgânica do município de que a coleta seletiva deveria ser feita, preferencialmente, por cooperativas de trabalhadores.

E os catadores conseguiram que a Prefeitura recuasse na sua intenção de implantação do projeto de coleta seletiva terceirizada. Nessa passeata, os catadores lançaram a sua primeira camiseta. Dona Geralda relembra:

*a primeira luta foi para que a população reconhecesse nós como trabalhador. A gente teve até que usar camisa vermelha prá ser visto na rua e escrito COLETA SELETIVA, ESSE É O NOSSO PAPEL. A cor vermelha era prá chamar atenção que nós tava na rua e que nós era trabalhador.*¹⁰

No contato que vai se travando entre catadores e a administração pública, observa-se que, pouco a pouco, a relação começa a se humanizar e que as reivindicações dos catadores começam a encontrar alguma ressonância. A construção pela Prefeitura, do que hoje é o galpão-sede da ASMARE, na gestão Eduardo Azeredo, em 1992, foi uma importante vitória do movimento dos catadores de papel. Em dezembro do mesmo ano, é assinado um convênio de cooperação entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana viabilizando, assim, a manutenção do referido galpão. Mas somente a partir de 1993 é que o poder público imprimirá um novo olhar e uma nova prática em relação aos catadores.

3- CONSTRUINDO ALIANÇAS: DE INIMIGO A PARCEIRO

O contexto sócio-político que permitiu um novo olhar sobre a questão do catador, se insere no âmbito daquilo que vem sendo chamado de “gestões democráticas inovadoras”, ou seja,

⁸ Entrevista com agente da Pastoral em 10/07/01.

⁹ Birkbeck, assim registra os riscos que a modernização traz à atividade de catação: “if modernization were to come, then the garbage pickers would not be able to participate, owing to their lack of access to the means of production – the garbage itself, and the capital necessary to technify its recuperation. Whilst the future of recuperation is assured, that of garbage picking is not “ (1978:1175).

¹⁰ Entrevista em 14/08/01.

gestões públicas cujo projeto político pauta-se pela busca da combinação entre eficiência governamental, equidade e governança. E, coincide, também, com toda uma discussão mais ampla sobre a questão da compatibilização do trinômio meio ambiente/desenvolvimento/equidade, a qual a noção de desenvolvimento sustentável conferiu maior visibilidade a partir de 1992.

Com a posse, em 1993, da Frente BH Popular (uma coligação de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores) há uma significativa mudança nas relações entre governo municipal e a população de rua. Dentro da perspectiva de “inversão de prioridades”, a nova gestão buscou construir, conjuntamente com a sociedade civil, projetos que garantissem o exercício da cidadania dos grupos sociais tradicionalmente marginalizados. Assim é que, por exemplo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social¹¹ passou a assumir como um de seus programas básicos, o programa da população de rua, tendo sido criado, em 1993, uma importante instância de formulação de políticas públicas para o setor – o Fórum de População de Rua¹².

Na SLU, iniciou-se a implementação de um modelo de gestão que se enquadra no marco de um sistema de Gerenciamento Integrado e Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos - GISRSU e que se apóia no seguinte tripé: **Consistência Tecnológica**, ou seja o constante aprimoramento dos serviços prestados, a adequação e inovação das instalações e equipamentos, a aplicação dos princípios dos 3Rs- Reduzir, Reutilizar e Reciclar e a universalização dos serviços; **Valorização e Qualificação do Trabalhador**, traduzindo-se em ações que buscam conscientizar tanto a população, quanto o próprio funcionário sobre a importância de se valorizar o trabalhador da limpeza urbana (principalmente o cidadão gari)¹³ e **Cidadania e Participação Social**, que se expressa no trabalho de comunicação e mobilização social e através do componente de inclusão social com a geração de trabalho e renda, principalmente, para os catadores de papel e carroceiros¹⁴ da construção civil.

O que merece maior destaque em relação ao modelo implantado em 1993, é o salto que o mesmo dá ao incorporar os aspectos sociais e culturais aos já tradicionais componentes tecnológicos da gestão do lixo. Entende-se a reciclagem, dentro desta nova ótica, como um mecanismo de ampliação das possibilidades de inserção daquelas camadas da população

¹¹ Que com a Reforma Administrativa de 2000 passou a se chamar Secretaria Municipal de Assistência Social.

¹² A complexidade das questões referentes aos catadores de papel em particular e à população de rua de uma maneira mais geral, colocou a necessidade da criação, em julho de 1993, do Fórum de População de Rua, com vistas a contribuir na discussão de políticas públicas voltadas para esse segmento. Esse Fórum reunia em sua composição representantes da sociedade civil (Pastoral de Rua, Cáritas, Pastoral de Direitos Humanos) e das secretarias e órgãos da administração municipal mais envolvidos diretamente com a população de rua (a SLU, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Saúde, da Educação, da Indústria e Comércio e a Regional Centro-Sul).

¹³ Alguns exemplos de programas multidisciplinares são o Programa de Alfabetização, o Programa de Orientação ao Servidor com Doenças Crônicas, O Projeto de Valorização da Imagem do Trabalhador e o Plantão Social do Servidor.

¹⁴ Para maiores informações sobre o trabalho realizado com os carroceiros ver a publicação do Programa Gestão Pública e Cidadania: “Histórias de um Brasil que funciona”, publicado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Ciclo de Premiação 2000.

historicamente destituídas. Ou seja, vê-se a reciclagem para além dos seus aspectos de preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis.

A parceria estabelecida entre o poder público e a ASMARE, no âmbito do Projeto de Coleta Seletiva reconheceu o catador como parceiro e não mais como inimigo a ser perseguido, passando a administração municipal a exercer um papel fortalecedor da Associação dos Catadores de Papel. Vejamos as principais características do projeto implantado em 1993:

- Adoção do sistema conhecido como “ponto-a-ponto”¹⁵ para o recolhimento dos recicláveis com a instalação de Locais de Entrega Voluntária – LEVs que consistem de contêineres para recebimento do papel, metal, plástico e o vidro segregados, na fonte geradora, pela população, com doação para a ASMARE (à exceção do vidro que é doado para a Santa Casa de Misericórdia). A outra forma de recolhimento de recicláveis, é a tradicional coleta feita pelos catadores da ASMARE, em carrinhos de tração humana, em “pontos” como estabelecimentos comerciais e bancários e instituições públicas e privadas ou pela própria ASMARE junto a grandes doadores, através de caminhões. Desde 2003 a municipalidade começou a implantação gradativa da coleta porta-a-porta, primeiramente em um bairro comercial, tendo se expandido para 3 outros bairros posteriormente. Os recicláveis oriundos da coleta nos 3 bairros da zona sul da cidade são doados para a ASMARE e de um bairro localizado na zona oeste para outra associação de catadores - a COOPERSOLI.
- Fornecimento de apoio logístico, operacional e sócio-educativo à associação.
- Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental e de mobilização social, buscando envolver a população como agente propulsor da coleta seletiva, estimulando adesões voluntárias, ações integradas e a constituição de parcerias com a sociedade civil.
- Formalização da parceria através da ampliação do escopo do convênio firmado, em 1992, entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana. Nesse novo convênio, a ASMARE assume o papel de parceira prioritária da coleta seletiva. Tal convênio viabiliza o aluguel de galpões de triagem equipados com prensas, balanças e banheiros, o fornecimento de uniformes e vale-transporte aos associados e a prestação de assessoria técnica à associação.

3.1 A evolução dos arranjos institucionais de suporte à parceria

À época do início da implantação do projeto, tanto o organograma, quanto a estrutura operacional da SLU não se adequavam à complexidade que o novo modelo de gerenciamento pressupunha, já que a instituição era voltada somente para a prestação dos serviços convencionais de limpeza urbana como varrição, capina, coleta e destinação final de lixo. As experiências anteriores tanto de coleta seletiva, quanto de educação para a

¹⁵ No sistema ponto-a-ponto, o municípe leva seus recicláveis a um local público onde contêineres de reciclagem estão disponibilizados 24 horas por dia. O recolhimento desses recicláveis é realizado em cada ponto onde esses contêineres estão instalados, diferentemente do sistema porta-a-porta onde o caminhão recolhe os recicláveis à porta das residências. Há municípios que adotam um sistema misto com a conjugação da coleta porta-a-porta com o ponto-a-ponto.

limpeza urbana haviam sido pontuais e tímidas, estando, portanto, a instituição completamente despreparada em termos de quadro técnico e de infra-estrutura operacional, fazendo-se necessário, assim, um re-arranjo institucional para se atender aos novos desafios.

Assim, foi criada, em 1993, a Assessoria de Mobilização Social, que com a lei 8052/2000¹⁶ foi incorporada no organograma como Departamento de Mobilização Social e posteriormente como Gerência de Mobilização Social (após a Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte implantada em 2001), cuja função pedagógica é a sensibilização e mobilização da população em relação aos resíduos sólidos.

O Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE foi gestado dentro dessa Assessoria de Mobilização Social. Constituiu-se, desde o início, dentro dessa assessoria uma equipe específica do projeto (Comitê BH Reciclando), que pela natureza extremamente imbricada do social com os aspectos tecnológicos presentes no modelo adotado, tinha em sua composição profissionais da área de ciências humanas, bem como engenheiros e arquitetos. À essa equipe específica cabia a coordenação geral do projeto, a condução do processo de educação ambiental e mobilização social em relação aos aspectos específicos da implantação da coleta seletiva e o suporte institucional à ASMARE. Esse comitê técnico específico para o projeto de coleta seletiva possuía uma coordenação e técnicos referenciais para a condução do trabalho de mobilização junto aos diversos segmentos sociais tais como igrejas, empresas, instituições públicas, etc.

No que tange ao suporte institucional à ASMARE a cargo dessa equipe, vale lembrar que a relação historicamente conflituosa entre a SLU e os catadores exigiu um acompanhamento sistemático e uma grande dose de sensibilidade dos técnicos na sua função pedagógica. Foi necessário, inclusive, um grande investimento no processo de capacitação e marketing social interno dos funcionários técnico-operacionais da SLU, tendo a equipe de mobilizadores de funcionar quase como uma “ponte” entre os mesmos nas ações ligadas mais diretamente aos catadores. Além do suporte de infra-estrutura operacional (galpões, LEVs, etc) e financeira (repasso por convênio) a assessoria técnica junto à ASMARE envolveu (variando de grau e intensidade ao longo dos anos):

- Co-gerenciamiento (nos primeiros anos da parceria) dos galpões de triagem alugados.
- Organização, conjunta com a Pastoral de Rua, de comemorações festivas com o objetivo de fortalecer os laços de confiança entre os parceiros.
- Acompanhamento das ações ligadas à capacitação dos catadores em relação à segurança pessoal (Equipamentos de Proteção Individuais -EPIs) no trabalho.

¹⁶ Essa Lei estatui: em seu Art3º que “ - Compete ao Serviço de coleta seletiva:

III – desenvolver atividade específica de apoio a cooperativa de trabalho parceira, objetivando sua inserção definitiva no mercado de reciclagem e geração de ocupação e renda para a população carente”. Essa institucionalização do serviço de mobilização social, definindo-se dentro dele uma competência específica quanto à coleta seletiva na sua dimensão cidadã, representou um significativo avanço nos instrumentos legais de sustentação à parceria com os catadores.

- Capacitação dos associados através de cursos abrangendo as temáticas da saúde, segurança do trabalho, limpeza urbana e reciclagem, segurança no trânsito, cooperativismo, etc.
- Intermediação junto aos catadores e à equipe técnico-operacional da SLU, no que tange aos aspectos ligados ao planejamento e execução da coleta e à manutenção dos galpões.
- Assessoria no planejamento e organização de atividades lúdico-pedagógicas da ASMARE como o carnaval dos catadores, eventos e exposições.
- Abordagem de catadores em situação-problema seja nos galpões, seja na rua.
- Acompanhamento de catadores individuais na busca por novos pontos de coleta com tração humana.
- Assessoria na captação de recursos financeiros para a ASMARE.
- Mobilização social e educação ambiental da população para a coleta seletiva em parceria com os catadores.

Para dar suporte à coordenação geral do projeto, foi também constituído, dentro da SLU, um núcleo técnico-operacional responsável pelas atividades de planejamento de roteiros de coleta, design/manutenção de contêineres e operação do sistema. Posteriormente, já em 2000, foi instituído um Fórum Intersetorial do Projeto de Coleta Seletiva (com representantes das áreas técnica, operacional, da mobilização, administrativa e da fiscalização) com o objetivo de socializar informações, estreitar as relações entre os setores e estabelecer interfaces potencializadoras do trabalho face ao despreparo técnico-operacional da instituição para a implantação da coleta seletiva na cidade.

No campo da ONG, o desafio colocado à ASMARE, de cada vez mais assumir um perfil empreendedor sem no entanto enfraquecer sua dimensão de inserção social, bem como a necessidade de um espaço formal que possibilitasse a interação dos diversos parceiros da associação, levou a Pastoral de Rua a propor a criação de uma Coordenação Colegiada do empreendimento social ASMARE. Fazem parte dessa Coordenação Colegiada, a diretoria da ASMARE e os representantes dos seus parceiros executivos: Pastoral de Rua, SLU, Secretaria Municipal de Assistência Social, Cáritas, entre outras instituições que porventura estejam desenvolvendo algum projeto específico junto à ASMARE que requeira uma articulação inter-institucional.

Essa Coordenação Colegiada foi muito importante na discussão e definição dos papéis específicos de cada parceiro, além de ser um espaço de planejamento estratégico e de avaliação de ações. O papel desta coordenação colegiada é dividir as responsabilidades em relação ao aperfeiçoamento das capacidades administrativa e gerencial da ASMARE, na perspectiva de uma maior autonomia dos seus projetos. Esse é um espaço para a discussão não somente dos aspectos mais diretamente ligados ao gerenciamento da coleta seletiva da SLU/ASMARE, como também daqueles ligados às múltiplas ações e projetos desenvolvidos pela associação. A criação dessa coordenação representou um sinal do fortalecimento da parceria da PBH/ASMARE e do compartilhamento de um objetivo comum, qual seja o de assegurar o aprimoramento dos processos produtivos e organizativos da associação na co-gestão do Projeto de Coleta Seletiva da cidade.

Vimos que para viabilizar o projeto da coleta seletiva em parceria com a ASMARE, foi necessário todo um re-arranjo institucional não somente para a viabilização da infra-

estrutura técnico-operacional, mas também na criação de canais de comunicação com a sociedade que permitissem um maior engajamento dos cidadãos em geral, e, em particular, daqueles sujeitos sociais mais marginalizados no âmbito da limpeza urbana – os catadores. Vejamos alguns dos impactos sócio-ambientais dessa parceria, bem como alguns dos seus limites.

4- IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E LIMITES

A parceria com o poder público teve um significativo impacto no cotidiano de trabalho e de vida do catador associado. O aluguel de galpões de triagem pela SLU permitiu à ASMARE estender a sua área de atuação, à medida que possibilitou à mesma oferecer espaços de trabalho para um maior número de catadores. O catador que antes dormia na rua (porque não tinha local para armazenar o fruto do seu trabalho de coleta) e era caracterizado como morador de rua passa, assim, a ser um “trabalhador na rua”. Isto contribuiu para a auto-estima destes trabalhadores à medida que os mesmos passaram a ser identificados como agentes da coleta seletiva.

O repasse mensal de recursos financeiros à ASMARE¹⁷ permitiu à mesma oferecer “incentivos à participação” como vales-transporte, uniformes, entre outros que tiveram impacto significativo na melhoria da qualidade de vida e trabalho, refletindo-se sobre o processo associativo: o número de associados cresceu de 31, em 1993, para os 380 atuais¹⁸.

A implantação dos contêineres para a reciclagem¹⁹ permitiu o surgimento de um sub-grupo entre os associados – os triadores – responsáveis pela triagem fina do material advindo da coleta mecanizada. A maioria dos integrantes deste sub-grupo, vêm do Programa de População de Rua da administração municipal. Desta forma, os benefícios desta política pública puderam ser estendidos para além da comunidade tradicional dos catadores, ao incorporar moradores de rua. A renda média percebida pelos associados da ASMARE é de R\$390,00.²⁰

¹⁷ Atualmente, são repassados à ASMARE: R\$61.353,50 (via Secretaria Municipal de Assistência Social) mensais para pagamento de despesas administrativas do galpão-sede, vale-transporte etc e a SLU tem um gasto mensal da ordem de R\$18.668,54 com despesas de locação do Galpão da Rua Ituiutaba, seguro, vigilância, água e luz (não estando aí computados os gastos com caminhão e guarnição para coleta dos LEVs nem com compra e manutenção de contêineres). Fonte: “Diagnóstico das Associações e Cooperativas de Trabalhadores de Materiais Recicláveis em Belo Horizonte” realizado de setembro de 2004 a fevereiro de 2005 pelo Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Belo Horizonte.

¹⁸ Sendo, que 250 são associados fixos e 130 são os associados flutuantes (pessoas oriundas dos Programa de População de Rua da prefeitura que se inserem no trabalho das oficinas da ASMARE ou outra unidade produtiva e que pelas características peculiares desse segmento, têm dificuldade de se fixar numa atividade por muito tempo).

¹⁹ Anteriormente à parceria, os catadores recolhiam os recicláveis apenas com seus carrinhos de tração humana. Com a instalação dos contêineres, a população deposita os recicláveis nos mesmos e a Prefeitura os recolhe com seus caminhões, levando-os até o galpão para posterior triagem pelos associados.

²⁰ Os associados que trabalham nas Oficinas (de cozinha, costura, do bar cultural e marcenaria) têm um rendimento médio de R\$291,84 e os da unidade de produção de blocos reciclados Ecobloco, R\$240,00 mais vale-transporte. Fonte: “Diagnóstico das Associações e Cooperativas de Trabalhadores de Materiais Recicláveis em Belo Horizonte” realizado de setembro de 2004 a fevereiro de 2005 pelo Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Belo Horizonte.

Sob o ponto de vista da democratização do poder público, a participação cidadina dos catadores de papel representou a possibilidade de constituição de uma nova cultura institucional no órgão de limpeza pública, rompendo com o monopólio de engenheiros e administradores cuja prática tradicional remonta ao tratamento da questão do lixo no seu mero aspecto tecnológico. Significou, portanto, a incorporação da ASMARE como parceiro na gestão compartilhada do programa de reciclagem municipal.

Observou-se que, ao longo dos anos, houve um grande avanço em termos do gerenciamento dos espaços de trabalho, da Associação como um todo e do Projeto de Coleta Seletiva SLU/ASMARE. No entanto, a sofisticação das atividades da ASMARE em decorrência do vulto que a experiência foi tomando - tanto pelo seu amadurecimento organizativo, quanto pelas pressões colocadas pela parceria com o poder público, foram colocando cada vez mais ênfase nas exigências de disciplina, eficiência e produtividade, exigências essas que contrastam com as características do público alvo da intervenção – catadores e moradores de rua. Observa-se que essas exigências estão, às vezes, além da capacidade de resposta de alguns associados

Por outro lado, as próprias dificuldades da SLU em termos de infra-estrutura técnico-operacional inadequada às necessidades da coleta seletiva e até mesmo a inexperiência inicial face ao caráter pioneiro do design do projeto colocaram alguns desafios, ainda não equacionados, que são destacados abaixo:

- Aumentar a produção de recicláveis que está estacionada há muito tempo em 450 ton/mês. Isso implica na necessidade de equacionamento dos problemas ligados à depredação dos contêineres, geralmente por catadores ligados a depósitos, para retirada dos recicláveis. O modelo tipo “gaiola” (vazado) tem sido substituído por outros mais resistentes mas esses também têm sofrido ações de arrombamento. Esta depredação dos LEVs impacta duplamente o custo do Projeto, tanto na quantidade de recicláveis, quanto nos gastos com a manutenção dos equipamentos. O insuficiente número de contêineres instalados na cidade também impactam a baixa produção. Como já foi dito anteriormente a coleta seletiva porta-a-porta vem sendo implantada, gradativamente, desde 2003. No entanto, é comum que os recicláveis sejam recolhidos antes do caminhão da coleta oficial passe (fenômeno comum em vários outros programas de reciclagem municipais) minimizando a potencialidade de aumento da produção. O que equivale dizer que, embora a dimensão de inclusão cidadã do projeto seja significativa, sob o ponto de vista dos índices de reciclagem o projeto tem tido um desempenho fraco.
- Há uma grande dificuldade tanto dos associados quanto até mesmo de funcionários da ASMARE em relação ao cumprimento de rotinas de trabalho que ocasionam dificuldades no fluxo das tarefas nos galpões, na apropriação de dados confiáveis sobre a produção etc. É necessário aprimorar ainda mais os aspectos gerenciais e produtivos da ASMARE sem, contudo, perder de vista o seu aspecto democrático e os laços comunitários presentes na mesma, para que a experiência alcance um maior nível de sustentabilidade ambiental.
- Ausência de uma ação mais concertada entre a SLU e a secretaria responsável pelo controle urbano no que tange ao disciplinamento da atuação dos catadores de depósito,

no sentido de assegurar não somente a manutenção da limpeza pública, como também para que os intermediários assumam determinados compromissos em relação ao trabalho dos catadores a eles vinculados, propiciando condições de trabalho mais dignas aos mesmos.

5- A DINÂMICA DA RELAÇÃO PODER PÚBLICO – ASMARE

Resgatando sucintamente a dinâmica do relacionamento entre poder público e ASMARE, podemos observar que até 1998 o discurso da ASMARE e de sua parceira histórica a Pastoral de Rua refletiam uma certa “cumplicidade” de interesses com o poder público e reconhecia explicitamente o papel da parceria no crescimento da associação²¹.

Nota-se, que nos anos posteriores, há um acirramento em torno do discurso da autonomia tanto pela ASMARE, quanto pela Pastoral que, a meu ver, decorreu de uma avaliação, no campo das duas ONGs, das potencialidades e limites da parceria com o poder público e, também, de uma certa re-orientação do “devir” da ASMARE. O que eu quero dizer, é que a ASMARE sai do seu inicial caráter reivindicativo a nível local, para assumir um papel extremamente importante na articulação e politização do que vem sendo chamado de Movimento Nacional de Catadores de Papel e da População de Rua

Na mídia e nos eventos públicos, o discurso relativo à ASMARE passa a enfatizar de tal forma o desenvolvimento autônomo da associação que acabou gerando uma dupla reação. Por um lado, surgem descontentamentos dentro não somente da SLU, mas também em outros níveis do governo e do próprio gabinete do Prefeito em relação ao não reconhecimento do papel desempenhado pelo poder público. Por outro lado, esse discurso começou a provocar um sentimento, de certa forma generalizado, de que a ASMARE já não precisava mais dos subsídios do governo, tanto dentro da administração, quanto fora dela. Aumentaram as consultas à equipe técnica do projeto por parte de associações de bairros (principalmente de vilas e favelas) e de outros grupos reivindicativos, que passaram a disputar incentivos para a implementação de programas de geração de renda através da reciclagem.

Isso decorre do fato de que no contexto do mercado da reciclagem a oferta de recicláveis para os chamados catadores históricos vem, paulatinamente, se modificando devido ao fato dos mesmos se apresentarem cada vez mais como uma alternativa de sobrevivência²² – algo que o “sucesso” da ASMARE, a nível local, conferiu uma maior visibilidade -, passando a haver uma disputa pelos recicláveis não só por parte dos catadores de depósitos, quanto também de outros segmentos.

A partir de 2001, observou-se uma nova mudança no discurso da ASMARE e da Pastoral de Rua, quando frente aos desafios e limites postos à associação pela queda da produção de

²¹ Para isso contribuiu, em que pese a propalada morosidade burocrática do poder público, a agilidade com que a administração municipal respondeu às principais reivindicações históricas dos catadores da ASMARE nos primeiros anos da parceria.

²² Trata-se de um fenômeno nacional, registrado por vários coordenadores de programas de coleta seletiva municipais, pelas cooperativas de catadores, pela Associação Nacional dos Aparistas de Papel, entre outros. (Ver Folha de São Paulo de 20/07/03).

recicláveis e pela constatação de que ainda há uma dependência significativa da mesma em relação aos subsídios municipais, passou-se a reconhecer, novamente, a contribuição do poder público caminhando para uma posição de que este apoio do governo poderia ser fomentador da autonomia da associação.

Embora, em nível do discurso, haja havido uma retomada da publicização do papel desempenhado pelo poder público na experiência da ASMARE o grau de sintonia, de afinamento entre os parceiros já havia sido abalado, o que veio a se acirrar após a Reforma Administrativa implantada na administração municipal. Essa Reforma Administrativa²³ representou um grande golpe na capacidade de formulação e implementação de políticas na SLU – base do projeto de coleta seletiva e principal parceiro executivo da ASMARE.

Caracterizada pelo desmonte e pela fragmentação, a Reforma teve um impacto extremamente negativo sobre a estrutura do órgão tendo refletido numa queda da qualidade dos serviços de limpeza urbana, de uma forma geral, prestados pela instituição, afetando, particularmente, a parceria com os catadores ao fragilizar a instância interna responsável pela interface direta com a ASMARE. Acrescente-se a isso o fato que a Reforma evidenciou aquilo que já se sabia quanto à ausência de uma articulação multisetorial em torno do Projeto de Coleta Seletiva. Explica-se: embora o projeto tenha conseguido uma boa articulação no campo da assistência social, no campo do desenvolvimento econômico e da regulação urbana essa articulação inexistiu. Ou seja, ele não se constituiu realmente enquanto um projeto de governo. A desarticulação da SLU²⁴ expôs ainda mais esta fragilidade.

Outra questão que nos parece relevante apontar sobre a dinâmica da relação poder público-ASMARE, é a importância do funcionamento regular das instâncias²⁵ de planejamento e avaliação existentes na manutenção da relação sinérgica entre os parceiros. Pudemos observar dificuldades quanto aos papéis e uma certa falta de sintonia entre SLU/ASMARE que correspondem aos momentos de enfraquecimento da regularidade de reuniões das instâncias no âmbito da parceria. O que, por sua vez, pode ter se dado em função tanto, do empenho maior colocado em alguns momentos – pela ASMARE e Pastoral- em relação aos objetivos estratégicos de constituição do Movimento Nacional dos Catadores (devotando maior energia a esse processo organizativo do que ao gerenciamento da

²³ Lei nº 1284 de 30/12/2000.

²⁴ A SLU se tornou a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana –SMLU-, sem poderes para definir uma política de resíduos sólidos para a cidade, tendo as secretarias regionais plena liberdade para a definição de sua política de atuação. Uma nova reformulação administrativa (decreto Lei 1926 de 21/01/2005) extinguiu a SMLU retornando à estrutura anterior de autarquia em decorrência do reconhecimento pela prefeitura dos impactos negativos da reforma sob a limpeza urbana.

²⁵ Há que se ressaltar que um dos limites de algumas dessas instância é o seu caráter fluido com ausência de regras de funcionamento e de representação claramente definidas. No caso da citada Coordenação Colegiada, durante o período de “cumplicidade” mútua a mesma cumpria bem uma função de encontro entre parceiros (conjugada com a Coordenação do Projeto de Coleta Seletiva na SMLU), depois a mesma passou a ser vista pelo governo local apenas como o “espaço do movimento”, sentindo –se o Governo como refém do mesmo (o que não deixava de ter o seu quinhão de verdade) e suas reuniões começaram a ser desprestigiadas, sem que um outro espaço de encontro fosse criado já que, no âmbito da gestão pública, o processo de desmantelamento da estrutura da SMLU com a Reforma Administrativa esfalçou a base de referência interna do Projeto (O Comitê BH Reciclando).

associação), quanto, no que tange ao governo, em relação às mudanças na conjuntura política (mudanças de uma gestão para outra, a Reforma Administrativa).

6- PANORAMA ATUAL

O momento atual tem demandado redefinições do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE, tanto no tocante aos seus aspectos mais técnico-operacionais, quanto no que diz respeito aos próprios papéis desempenhados por cada parceiro, a dinâmica de relacionamento entre eles etc.

Num esforço conjugado entre governo, ASMARE e Pastoral vem se trabalhando, nos últimos três anos, no enxugamento da estrutura operacional de suporte disponibilizada pela SLU à ASMARE, visando obter uma relação custo-benefício do projeto mais favorável e na implantação de alternativas complementares de geração de renda aos catadores, podendo-se destacar algumas ações:

- Formatação de um projeto para implementação de uma empresa recicladora de plástico, com forte liderança da Pastoral neste sentido, que vem não ²⁶somente articulando a rede regional de comercialização solidária formada a partir do trabalho de capacitação de catadores em 6 outros municípios da Região Metropolitana de BH, quanto, também, captado os recursos necessários. O estudo de viabilidade técnico-financeira desta indústria recicladora foi elaborado pela Brandt Engenharia (estudo subsidiado pela própria Brandt e pela InterAmerican Foundation) e o terreno para construção da indústria foi cedido pela Prefeitura de Belo Horizonte. Parte dos recursos para implementação dessa unidade virão da Fundação Banco do Brasil.
- EcoBloco: fábrica de artefatos de concreto a partir de entulho da construção civil cujos produtos são vendidos para famílias cadastradas na SMAS. Atualmente estão envolvidos 12 associados da ASMARE.
- Fechamento de dois galpões de triagem e aluguel de um galpão maior para recebimento exclusivamente dos recicláveis oriundos da coleta oficial (LEVs e porta-a-porta) e das doações da ASMARE.
- Unidade de produção Arte-Papel- Papéis Artesanais: para produção de papéis artesanais a partir de matéria-prima proveniente da coleta seletiva. Tal oficina atua na formação de 100 pessoas por ano e envolve 4 associados da ASMARE como oficinairos. A Prefeitura repassa, através de convênio específico entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, R\$60.000 anuais para a ASMARE gerir essa oficina.

Desde 2000, foram criadas sete novas associações²⁷ de trabalhadores da reciclagem, muitas delas criadas a partir do incentivo das administrações regionais ou a partir da mediação de instituições como a Caixa Econômica Federal ou a partir de movimentos de moradores. Embora, tais associações devam ser vistas como um sinal positivo do crescimento do tecido associativo num segmento tradicionalmente avesso à organização, é preocupante o fato de que muitas delas tratam-se daquilo que vem sendo chamado de “cooperगतos”, já que 4

²⁶ Parceiros envolvidos: PBH, SEBRAE, Pastoral de Rua, CEMIG e Ministério da Assistência Social.

²⁷ Totalizando 151 associados (com uma média de 20 associados em cada uma).

delas são atreladas aos intermediários do setor, tendo os seus associados o compromisso de comercialização dos recicláveis com os depósitos que as subsidiam.

Mais preocupante ainda é o fato que o poder público municipal (e a própria Caixa Econômica Federal) vem apoiando tais “coopergatos” com fundos públicos diversos tais como: cessão de espaços para funcionamento de galpões, computadores, material de EPIs, caminhão para coleta etc.

Observa-se hoje que embora o aporte de recursos financeiros e técnicos da Prefeitura à ASMARE ainda seja muito significativo, falta à atual gestão um projeto claro quanto à sua política de incentivo à reciclagem na sua dimensão cidadã. Espera-se que o recém criado Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Belo Horizonte, constituído em 2004, consiga se firmar enquanto uma instância efetiva de formulação de políticas públicas e de monitoramento social do setor de resíduos sólidos vindo a contribuir para o re-delineamento de tal política numa perspectiva de ampliação da cidadania para outros grupos organizados de catadores, com o cuidado, contudo, de evitar a reprodução da exploração histórica a que esses trabalhadores foram submetidos pelos intermediários da reciclagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como a SLU passou a não mais enxergar o catador como inimigo, legitimando suas reivindicações históricas e abrindo espaço para a criação de canais de co-gestão da política pública de coleta seletiva, inscrevendo estas reivindicações no campo dos direitos. Assim, o poder público, com sua prática, não somente abriu espaço para ser influenciado em sua dinâmica de funcionamento, como também para influenciar a própria ASMARE. Essa interação tem sido, contudo, como foi explicitado no item 5, permeada por uma série de tensões que se referem à própria lógica de funcionamento diferenciada tanto do Estado, quanto da sociedade civil.

Observa-se, que nesta parceria houve uma convergência da vontade política de uma gestão pública de caráter democrático-popular com a capacidade organizativa-mobilizatória de novos atores, os catadores de papel, que orientados por agentes pastorais fortemente comprometidos com a construção da cidadania, se engajaram na luta pelo direito ao trabalho. Ou em outras palavras, a implementação dessa política pública de forte dimensão cidadã contribuiu na atribuição de um “status público”²⁸ à esse segmento empenhado na construção de uma identidade coletiva enquanto agentes ambientais.

Faz-se necessário, contudo, que tanto o governo municipal quanto a ASMARE e sua parceira histórica – a Pastoral de Rua se envolvam num processo de redefinição do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE. Processo esse que depende tanto de um

²⁸ No sentido atribuído por Offe (1989) de formas e práticas institucionais conferidas a grupos de interesse pelo sistema político que lhe conferem um status particular à sua base de operação.

compromisso de governo no sentido de investir nesse projeto²⁹, quanto da própria capacidade da ASMARE em se constituir numa experiência auto-sustentável.

Em relação à segunda questão, é preciso ter em mente que não se pode aplicar à ASMARE o mesmo nível de exigência de sustentabilidade financeira que se aplica às empresas. Sendo assim, a questão da auto-sustentabilidade se apresenta quase como um “fetiche”, principalmente quando se leva em consideração o “background” do público alvo dessa política. O que se quer pontuar aqui, contudo, é a importância de não se perder de vista os objetivos de maior autonomia econômico-financeira da associação, não somente em relação ao poder público, mas também no que concerne às outras agências de cooperação, para que a ASMARE não esteja excessivamente dependente de fundos externos. Daí a importância da ASMARE se voltar para o domínio da cadeia produtiva da reciclagem com experiências como a unidade de reciclagem de plástico que está em fase de implementação.

O que se espera é que, no caso em questão, os dois campos – sociedade civil e governo- consigam imprimir um novo impulso à coleta seletiva no município, para que se possa continuar a contribuir para um verdadeiro alargamento da cidadania para todos.

BIBLIOGRAFIA

1. BIRKBECK, C. Self-Employed Proletarians in an Informal Factory: The Case of Cali's Garbage Dump. In: *World Development*. Vol.6, Nº. 9/10, p.1173-1185, 1978.
2. BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
3. CALVINO, I. *The road to san Giovanni*. New York: Vintage Books, 1994.
4. DIAS, S.M.; *Construindo a cidadania: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em parceria com a ASMARE*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado).
5. OFFE, C. “A atribuição de status público aos grupos de interesse”. In: OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
6. OLIVEIRA, M.V. *A população de rua e suas relações de trabalho: os catadores de papel em Belo Horizonte 1988-1989*. Belo Horizonte: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, 1998. 120p. (Monografia).
7. TELLES, V. S. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza – Um estudo sobre o trabalho e família na Grande São Paulo*. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1992. (Tese de doutorado).

²⁹ É bom lembrar o caráter de prestação de serviços que a catação de recicláveis pelos catadores tem ao desviar a fração reciclável do lixo da disposição final em aterros.

